

CONQUISTAS

Embora em ritmo vagaroso, várias ações do governo avançam.

JORGE J. OKUBARO

Seria bom para todos se a inflação estivesse caindo — quanto mais rápido, melhor — e a economia crescendo de maneira firme e acelerada. Ao público em geral, cansado da crise, o melhor e mais desejado resultado de qualquer política econômica são preços estabilizados e salários preservados, ou, de preferência, em alta. Para esse público, têm pouco valor realizações que, embora importantes para o êxito de uma política econômica, não afetam diretamente sua vida cotidiana. É esse o caso de boa parte do que a equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso já fez. Pode-se, com toda a razão, alegar que muito mais poderia ter sido feito, mas não se pode igno-



rar os avanços obtidos, todos contidos no Programa de Ação Imediata (PAI).

Confira os exemplos:

● **Dívida dos Estados e municípios** — O governo federal primeiro insistiu em exigir pagamentos relativamente altos dos Estados e dos municípios. Houve resistências. Não é exagerado dizer que o governo rendeu-se às exigências de seus devedores. Acabou negociando um saldo menor do que desejava e terminou por aceitar pagamentos menores do que os pretendidos inicialmente. Tentou negociar caso a caso, para evitar a formação de um *lobby* de governadores, mas teve de fechar um acordo geral. Mesmo assim, não saiu perdendo. Não estava recebendo um centavo da dívida equivalente a US\$ 19,5 bilhões, agora vai passar a receber com regularidade, o que ajuda no fechamento das contas. E disporá de garantias, podendo até reter parte das transferências constitucionais, nos casos de atraso.

● **Dívida interna** — Discretamente, e com a concordância do mercado, o Banco Central vem conseguindo alongar o prazo médio de vencimento de sua dívida mobiliária interna, aquela formada por papéis do governo em poder do público. O BC vem trocando os Bônus do Banco Central (BBC), papéis prefixados com prazo de 28 dias, por Notas do Tesouro Nacional (NTN), pós-fixadas — indexadas ou ao IGP-M, ou à variação cambial, ou à TR — de 90 dias. O prazo ainda é curto se tomarmos os padrões das economias estáveis, mas para um país com inflação mensal de mais de 30% ao mês é



um ganho razoável. E com um benefício adicional. Com papéis pós-fixados, o BC livra-se das pressões do mercado por taxas de remuneração maiores sempre que se tem a sensação ou a certeza de que a inflação vai subir.

● **Orçamento** - Para tentar dar um mínimo de racionalidade a um orçamento irreal e aprovado fora do prazo (final de março,

quando deveria ter sido votado até 31 de dezembro do ano passado), o governo remanejou verbas, de modo que alguns setores tiveram cortes de até US\$ 6 bilhões. Esses cortes foram necessários para que outras despesas, que não podem ser cortadas mas que não dispunham de receita, passassem a ter cobertura. Na montagem do orçamento para 1994, no entanto, o governo vem trabalhando com alguns números de algum modo assustadores. Prevê-se um déficit de US\$ 31,5 bilhões, valor absurdamente alto pois corresponde a nada menos do que 7,5% do PIB. Se só o governo central entra com 7,5% do PIB como déficit, quanto não será o déficit público, que inclui também os resultados das estatais, dos Estados e dos municípios, no ano que vem?

● **Arrecadação** - É intrigante que o governo faça uma previsão de déficit tão alta quando se sabe que a receita está em franco crescimento, em boa medida como consequência do chamado **efeito Osiris**. Mesmo liderando o que chama de “exército brancaleone”, o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, espera arrecadar neste mês o equivalente a US\$ 3,9 bilhões, US\$ 500 milhões mais do que se arrecadou em agosto do ano passado. Só com o ataque aos sonegadores e seus efeitos, o secretário da Receita espera obter um ganho de US\$ 3,5 bilhões a US\$ 4 bilhões neste ano; a Receita Federal arrecadou em julho US\$ 3,7 bilhões, um aumento real de 18,34% em relação ao mesmo mês do ano passado, embora em junho deste ano a arrecadação tenha sido de US\$ 3,8 bilhões.

● **Privatização** - Está mantido para hoje o leilão de privatização da Cosipa. Essa venda poderá dar um novo impulso ao progra-



ma de privatização.

Ainda não há certeza se o leilão da Açominas, previsto para o dia 25, será mesmo realizado, mas já se caminha para um acordo que permitirá a venda da Petroquímica União, de Capuava. A equipe econômica está preparando um conjunto de medidas para dar mais vida ao programa de privatização, como a inclusão de novas moedas entre as que serão aceitas (entre elas os fundos sociais tais como o FGTS e o Fundo de Compensação de Variações Salariais do SFH), e a venda das participações minoritárias da União em nada menos do que 1.083 empresas;

● **Dívida externa** - A troca do negociador da dívida externa (André Lara Resende substitui na função o economista Pedro Malan, indicado para a presidência do BC) não deverá influir no encaminhamento da negociação da dívida do Brasil com os credores particulares, cujas condições já foram fechadas com os bancos. O que pode complicar é o fato de, por causa das incertezas que persistem, o Brasil não ter conseguido ainda nenhum tipo de apoio formal do Fundo Monetário Internacional — não necessariamente na forma de um novo acordo *stand by*, mas até mesmo uma declaração que possa ser interpretada como um aval à política econômica em curso.